



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

## XI CONGRESSO LUSO AFRO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

### **DEMOCRACIA E REPRODUÇÃO DO PODER: ANÁLISE DA TRAJETÓRIA POLÍTICA DE DEPUTADOS ESTADUAIS**

José Raulino Chaves Pessoa Júnior

Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará

[raulino\\_chaves@yahoo.com.br](mailto:raulino_chaves@yahoo.com.br)

Monalisa Soares Lopes

Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará

[monalisa\\_lopes@yahoo.com.br](mailto:monalisa_lopes@yahoo.com.br)

Salvador



2011

## 1-) Introdução:

O Nordeste brasileiro é enquadrado dentro de esquemas teóricos normalmente associados ao rural, ao lugar do atraso e ao um passado decadente e resiste às mudanças. Em contraposição a essa idéia, constrói-se a imagem do Sul como espaço do urbano, do progresso e da indústria.

Pesquisas variadas acerca do mandonismo familístico foram produzidas sobre famílias do sertão cearense, entre as quais as de Maria Isaura Pereira de Queiroz (1976), Costa Pinto (1980), Billy Chandler (1980). Associados a esses estudos persistiram conceitos que procuravam explicar a razão do Ceará ser uma região resistente à mudança social e política, onde elites tradicionais mostravam-se antagônicas à adoção do capitalismo moderno. De modo geral, essas análises buscavam responder a seguinte questão: como lideranças políticas de feição tradicional conseguem se perpetuar por tanto tempo em um contexto de transformações sociais e econômicas que se registraram no país e na região, sobretudo, a partir da década de 1950<sup>1</sup>?

Esta concepção de um padrão tradicional das elites políticas cearense foi reforçada nas eleições de 1982, pois, ao indicar o candidato ao governo, os três chefes políticos à época no Ceará (Adauto Bezerra, César Cals e Virgílio Távora) fizeram um acordo, formalmente registrado, de dividir os quadros da administração pública em três partes iguais. Assim, esse pacto político acabou por reforçar a imagem-marca do Ceará como uma região sob a égide de coronéis maquiavélicos<sup>2</sup>, contrastada com o contexto nacional de redemocratização e de luta por maior participação política. Dessa forma,

---

<sup>1</sup> Nesse período estava ocorrendo um fenômeno novo na política tradicional, a comercialização dos votos. Esse pode ser considerado o indício do enfraquecimento do controle oligárquico, na medida em que se configurava como um ato meramente contratual entre compradores e vendedores de mercadorias. Ou seja, tinha-se não mais um “patrimônio eleitoral” mas um “capital eleitoral”, o que explica que mesmo sem tradição política se pudesse “comprar um mandato”, embora esse comércio eleitoral exigisse a mediação de “cabos eleitorais” locais, surgindo assim a figura do “político pára-queda”: deputado estadual ou federal que surge nos municípios apenas de quatro em quatro anos, apoiado por determinados grupos políticos locais, conseguindo os votos da população e não mais retornam ao município.

<sup>2</sup> Produziu-se sobre a criminalização das elites nordestinas que se mantinham hegemônicas através da permanência do quadro de miséria da população. Ver produção sobre o conceito de “indústria da seca” sobretudo a obra de Antônio Callado intitulada “Os Industriais da Seca e os Galileus de Pernambuco”.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

predominou a idéia de que o Ceará seria, entre todos os estados do Nordeste, o mais *encarniçadamente oligárquico* como comentou Francisco de Oliveira (1985) em 1977.

O processo de abertura política nacional, em curso desde o final da década de 1970, parecia assim não afetar as eleições no Ceará, que em 1982, através da mobilização dos grupos políticos existentes no período da ditadura, garantiram a vitória de Gonzaga Mota ao governo do estado. Vitória fácil e conseguida nos moldes tradicionais de campanha em que os chefes políticos estaduais - através de uma rede capilarizada de deputados, prefeitos e vereadores - davam a conhecer a sua vontade aos eleitores (CARVALHO, 1999).

Esses grupos, alguns dos quais surgiram ou se fortaleceram no período da ditadura militar no Ceará, apesar de comporem sublegendas da ARENA funcionavam, na prática, como partidos políticos independentes, e disputavam mais a hegemonia política entre si do que mesmo com o partido adversário, o MDB (Movimento Democrático Brasileiro). Dessa forma, os três chefes políticos que governaram o Ceará no período militar, procuraram construir e consolidar suas bases políticas nos municípios, formando grupos como “cesistas” (César Cals), “virgilistas” (Virgílio Távora<sup>3</sup>) e “adautistas” (Adauto Bezerra). Cabe ressaltar que quando algum dos chefes políticos era indicado ao executivo estadual conseguia fortalecer e ampliar sua rede social no interior do estado, alimentando com verbas e empregos toda a sua clientela política.

Assim, a massiva vitória<sup>4</sup> no Ceará do partido que agregava as lideranças da extinta ARENA, PDS (Partido Democrático Social), camuflava a erosão subterrânea do tempo da “arte da chefia”, o que pode ser observado ao se analisar os resultados das eleições de 1986, pois mesmo com a coligação de Adauto Bezerra, César Cals e Virgílio Távora, chefes políticos que se fortaleceram com sólidas raízes políticas interioranas, não foi possível mobilizar as bases eleitorais para garantir a vitória do candidato

---

<sup>3</sup> Virgílio Távora exercia liderança na política estadual desde as eleições de 1962 quando articulou a chamada “União pelo Ceará” que unia os principais partidos políticos da época que antes eram opostos, UDN e PSD, e barrava o avanço de novas forças sociais, como o PTB liderado por Carlos Jereissati e as correntes sindicalistas e da esquerda.

<sup>4</sup> Gonzaga Mota obteve 63% do total dos votos. Além disso, o PDS conseguiu eleger 73,9% dos deputados estaduais, 89,4% dos deputados federais e 96,4% das prefeituras (CARVALHO, 1999:81).



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

pedessista. Assim, tanto Adauto Bezerra (PFL) não foi eleito governador do estado, quanto César Cals (PSD) não foi eleito senador.

Passados quatro anos após as eleições de 1982, um candidato neófito na política e defensor de uma visão empresarial e racionalizada da gestão pública (eliminação do clientelismo e combate ao coronelismo) é eleito governador. Tasso Jereissati, PMDB, conseguiu 53,3% dos votos, contra 30% de Adauto Bezerra (PFL). Nessas eleições, a novidade foi que a regra pragmática do acordo político não produziu os resultados esperados: a votação do Cel. Adauto Bezerra foi inferior a de Tasso não apenas na capital, mas também no interior do estado onde estes tinham votos “cativos”.

Apesar dessa vitória não poder ser atribuída exclusivamente ao acúmulo de *forças mudancistas locais*, mas também a um contexto de mudança geral<sup>5</sup> que estava ocorrendo em todo o país, percebemos que as bases políticas interioranas estavam desarticuladas, não sendo mais afiançadoras de “votos certos” para os chefes políticos. Assim, cabe um questionamento: como em tão pouco tempo as bases políticas do PDS, recrutadas e alimentadas durante todo o período da hegemonia dos três chefes políticos, foram desarticuladas?

Cabe observar que o contexto da década de 1970/1980 no Ceará é marcado por significativas mudanças no tecido social, como a desestruturação das formas tradicionais de economia (rendeiros/meeiros) e o surgimento de movimentos sociais liderados pelos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e pela Igreja Católica (Comunidade de Base). Como essas mudanças afetaram a estruturação dessas bases políticas interioranas no estado? A representação política foi alterada ou ainda continuou personalística e centrada na liderança de proprietários rurais? As práticas políticas de conquista de votos foram modificadas ou permaneceu ligada a influência que os proprietários de terra possuíam com seus moradores? Ocorreu a ascensão de grupos políticos não vinculados aos grupos familiares locais?

---

<sup>5</sup> O PMDB nesta eleição conseguiu eleger vinte e dois governadores, só sendo derrotado em Sergipe. Além disso, esse partido conseguiu eleger trinta e oito deputados das quarenta e nove vagas do Senado e da Câmara elegeu 53% dos deputados. Podemos inclusive falar de uma “onda do Plano Cruzado” do governo Sarney.

Assim, busco analisar quais são os padrões da política municipal no período pós-ditatorial analisando a trajetória política de deputados estaduais, pois dessa forma será possível observar quais os constrangimentos institucionais que esses deputados sofreram e quais as estratégias utilizadas por estes para contornar essa nova realidade política.

O objetivo central desse estudo é analisar a relação que os deputados estaduais estabelecem com suas “bases eleitorais” e com o governo. Para alcançar esse objetivo procurei *reconstruir a trajetória política de quatro deputados estaduais que possuem votos concentrados na região dos Inhamuns, mais especificamente o município de Tauá. Busco compreender como esses deputados são recrutados, como conquistam e mantêm o poder local em Tauá, como se relacionam com sua “base eleitoral”, como estabelecem relações com deputados federais, governador, prefeitos e vereadores e como se dão as estratégias de conquista de votos.* Atualmente, a região dos Inhamuns<sup>6</sup> é composta por seis municípios: Aiuaba, Arneiroz, Catarina, Parambu, Saboeiro e Tauá. Segue o mapa abaixo:

FIGURA 1 – Mapa da região dos Inhamuns.



Fonte: <[www.citybrazil.com.br/ce/regioes/sertao/inhamuns](http://www.citybrazil.com.br/ce/regioes/sertao/inhamuns)> Acesso em: 06/06/2009.

<sup>6</sup> Utilizo a regionalização de microrregiões proposta pelo IBGE preterindo a divisão sugerida pelo IPECE (Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará) em 2006. A razão de tal escolha deve-se ao fato de que a região abarcada pelo IBGE abrange municípios que possuem ligações históricas no domínio de uma mesma família, os Feitosa.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

O recorte temporal da pesquisa é de quatro décadas, onde analisaremos a trajetória política de dois deputados estaduais durante o período da ditadura militar (1964-1985) e dois durante a Nova República.

## 2-) O tempo político de Júlio Rêgo e Antônio Câmara: 1975-1994

No início da implantação da ditadura, quando eram mantidas as instituições democráticas, não ocorreu um desmonte dos grupos políticos tradicionais. Assim, no Ceará, o poder de Virgílio Távora permaneceu inalterado, uma vez que o governo militar queria um partido governista forte e uma oposição desarticulada, fato já vivenciado no Ceará sob a égide da coligação “União pelo Ceará”. No entanto, os militares passaram a indicar os governadores, provocando a desagregação da “engenharia política” dos líderes tradicionais que possuíam o seu “ponto forte” na escolha dos nomes que iriam disputar o controle da máquina do Estado. Como explica Carvalho (1999:104):

A revolução de 64 proclamava a subversão e a corrupção como chagas da política a serem extirpadas a qualquer custo. A imagem do político profissional carregava o estigma desses dois males e portanto constituía-se o alvo natural de execração pública naqueles tempos de “ardor revolucionário...”.

No Ceará, o MDB foi registrado em 1965 sendo composto pela ala do PSD comandada por Martins Rodrigues e pelos líderes dos partidos pequenos. Tinham à frente deputados como Álvaro Lins Cavalcante, Antônio Paes de Andrade e Francisco Castelo de Castro. Já o “Partido da Revolução”, ARENA, foi registrado em 1966, sendo composto por grupos que formava a Aliança pelo Ceará, com exceção de uma parte do PSD. Esse partido era liderado por Paulo Sarasate e Virgílio Távora.

O cargo do executivo estadual, nas eleições de 1966, foi indicado pelo presidente da República Castelo Branco e ‘empossado’ pela Assembléia Legislativa. Este, por ligações pessoais com Paulo Sarasate, indica Plácido Aderaldo Castelo, um



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

desconhecido na política do Estado. O fortalecimento de Paulo Sarasate na ARENA coincidiu com o ostracismo de Virgílio Távora.

Nas eleições de 1970, para o executivo estadual, o comando militar de Recife impõe a candidatura do Coronel César Cals, portador da ideologia técnico-militar do governo. O objetivo dessa indicação era minar o poder dos políticos tradicionais. No entanto, o coronel Aduato Bezerra, deputado estadual pela ARENA, demonstrou interesse em ser governador, conseguindo o apoio de Virgílio Távora. Essa investida logrou êxito em parte, uma vez que Aduato Bezerra não foi candidato a governador, mas conseguiu com que fosse estabelecido um acordo entre as três lideranças que ficou conhecido como “Política dos Coronéis”. Segundo Mota (1985:178), este acordo tinha dois preceitos: “união na cúpula e divisão na base”. O objetivo era concentrar o poder nas mãos da ARENA, não deixando espaço para o surgimento de novas lideranças.

Instalou-se assim uma situação de certa forma contraditória, pois embora o governo fosse uma ditadura ele ainda conservava as instituições democráticas como as eleições. Dessa forma, o novo governo<sup>7</sup> carecia de votos como mecanismo de legitimação do poder. Com isso, os donos de “currais eleitorais” viram seus prestígios novamente reforçados como estratégia de combater a tendência ao voto oposicionista dos centros urbanos. Assim, o governo federal fortalece as oligarquias nos Estados e estas fortalecem as oligarquias nos municípios.

Nesse período de autoritarismo político a política local em Tauá era monopolizada por dois grupos políticos: o grupo familiar dos Gomes de Freitas, liderado pelo deputado estadual Antônio Câmara, o grupo político liderado pelo deputado Júlio Rêgo. Estes dois deputados eram filiados a ARENA e disputavam entre si o apoio do governo estadual. O grupo político familiar dos Motas representavam o MDB no município, porém possuíam pouca liderança política.

---

<sup>7</sup> A ditadura implantada no Brasil tratava-se de uma modernização conservadora que procurava aprofundar o processo de expansão do capitalismo no campo e na cidade. Caracterizava-se também pela busca da implantação de uma administração burocrática e racional, perseguindo assim os “políticos profissionais”.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

*Júlio Gonçalves Rêgo*, filho do comerciante, formou-se pela Faculdade de Medicina da Universidade de Recife em 1956. Em 1958 foi admitido no Departamento Estadual de Saúde do Ceará e tornou-se médico-chefe do Posto de Saúde de Tauá.

Sem possuir uma família envolvida com a política local, já que nenhum parente próximo tinha exercido cargos eletivos, e sem ter participado de atividades políticas anteriormente, Júlio Rêgo foi eleito prefeito de Tauá em 1962<sup>8</sup> pelo PDS.

A inserção de Júlio Rêgo no campo político difere de *Antônio Gomes da Silva Câmara*, cuja família era envolvida na política local. Nas eleições de 1974, esse grupo, dando continuidade à estratégia política de eleger um deputado estadual, lançou o nome de Antônio Câmara pela Arena. Este é filho do advogado José Ózimo da Silva Câmara e de Maria Gomes de Oliveira Câmara e é também advogado formado pela Universidade Federal do Ceará.

Antônio Câmara, diferente de Júlio Rêgo, por pertencer a uma família de tradição política que possuía influência com o governo estadual, iniciou sua trajetória política no serviço público como funcionário, conseguindo estabelecer uma rede de contatos que o credenciou posteriormente para ser candidato ao posto de deputado estadual.

Assim, analisando as formas como Júlio Rêgo e Antônio Câmara foram recrutados, percebe-se padrões distintos. No caso de Antônio Câmara, o pertencimento a um grupo familiar específico o qualificou para o ingresso na política, já que sua família tinha uma tradição política consolidada.

As ligações familiares representam um importante meio de socialização política, propiciando desde cedo o desenvolvimento de habilidades que credenciam seus membros para ocupar posições de elite. Desenvolvem habilidades especiais para a entrada, permanência e ascensão nos variados escalões do sistema de poder. Dessa forma, utilizando as categorias analíticas de Bourdieu (1994), podemos afirmar que a

---

<sup>8</sup> Em 1962, estavam disputando o Executivo em Tauá o médico Júlio Rêgo (PSD), que tinha como vice o fazendeiro e vereador do grupo político dos Gomes de Freitas, Genésio Rodrigues de Freitas; o outro grupo político era representado pelo também médico Alberto Feitosa (UDN), que tinha como vice Júlio Gonçalves Sobrinho.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

família, no caso de Antônio Câmara, em particular, atuou como instituição formadora de um “*habitus* político”, um *corpus* de saberes específicos e um saber fazer. Cria-se um *habitus* no sentido do jogo, de ter o jogo na pele, de perceber no estado prático o futuro do jogo, ter senso histórico do jogo. Nesse aspecto, a família, como estrutura social, desenvolve uma competência prática para a ação política.

O campo político no qual ambos estavam inseridos exercia sobre eles uma coerção social sobre o *habitus* que esses deputados deveriam possuir, embora existissem diferenças entre a atuação política de Antônio Câmara e Júlio Rêgo, resultante da idiosincrasia de cada um ou do pertencimento a grupos políticos específicos.

Quanto aos traços divergentes, percebemos que Antônio Câmara possuía um perfil político mais ligado ao seu grupo político familiar, carregando a simbólica da tradição política dos Gomes de Freitas. Júlio Rêgo, por outro lado, representava a iniciativa do homem que vence por sua própria competência, não recorrendo à simbólica da tradição familiar. Este deputado sucede o grupo político de Joel Marques, um comerciante. Enquanto a lealdade política do grupo Gomes de Freitas é fundamentada nos laços de confiança e de compartilhamento dos valores familiares comuns, o grupo organizado por Júlio Rêgo tem uma relação de interesse entre seus membros.

### 3-) A trajetória política de Domingos Filho e Idemar Citó: 1995-2010

Com a retirada de Júlio Rêgo e Antônio Gomes na disputa por cargos eletivos que deu continuidade a representação política desses deputados foi Idemar Citó no caso do primeiro e Domingos Filho no caso do segundo.

*Idemar Loiola Citó*, natural de Tauá, iniciou sua trajetória política como sucessor de Júlio Rego na disputa pela Assembleia Legislativa. Empresário da área de transportes coletivos, é sócio-proprietário das empresas: Clotran Transportes (desde 1978), Auto Viação São José (desde 1991) e Expresso Canindé (desde 1994).



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

Júlio Rêgo informa que não estava disposto a enfrentar disputas eleitorais mais competitivas e mais onerosas, sendo necessário uma quantidade maior de investimento financeiro do que em campanhas anteriores. Dessa forma, organizou a reunião para que alguns empresários de Tauá indicassem um nome para ser seu sucessor político. No caso Chiquinho Feitosa indicou o nome de Idemar Citó.

Já o ingresso de *Domingos Gomes de Aguiar Filho* na disputa eletiva teve influência do pertencimento de sua família na política local em Tauá. Este, assim como Antônio Câmara, é advogado formando pela Universidade Federal do Ceará. Seu pai Domingos Gomes de Aguiar foi prefeito por dois mandatos em Tauá (1967-1971; 1973-1976) e sua mãe, Mônica Aguiar, natural de Icó, possuía familiares envolvidos na política desse município. Domingos Filho, sucedendo o posto de deputado estadual antes ocupado por Antônio Câmara, deu continuidade a trajetória política do grupo político familiar Gomes de Freitas.

Domingo Filho iniciou sua trajetória política como assessor especial da presidência do Instituto de Previdência do Estado do Ceará (IPEC), atual Instituto de Saúde dos Servidores do Estado do Ceará (ISSEC), aos 18 anos. Permaneceu nesse cargo até 1987, quando seu pai, Domingos Aguiar, foi exonerado do cargo.

A partir da escolha de Domingo Filho como sucessor político de Antônio Câmara, aquele passa por um processo de inserção no campo político, tornando-se assessor parlamentar na Assembleia Legislativa. Esse contato mais próximo com Antônio Câmara foi uma oportunidade para que Domingos Filho pudesse desenvolver um *habitus* político, muito embora esse *habitus* tenha sido desenvolvido desde cedo na socialização política em sua casa quando seu pai era líder político em Tauá.

Segundo Bourdieu (2002:169), o *habitus* do político:

É, em primeiro lugar, toda a aprendizagem necessária para adquirir o corpus de saberes específicos (teorias, problemáticas, conceitos, tradições históricas, dados econômicos, etc.) produzidos e acumulados pelo trabalho político dos profissionais do presente e do passado ou das capacidades mais gerais tais como o domínio de uma certa linguagem e de uma certa retórica política, a do *tribuno*, indispensável nas relações com os profanos, ou a de *debater*, necessária nas relações entre os profissionais (grifos do autor).



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

Assim, Domingos Filho, em contato mais próximo com Antônio Câmara, pode “inculcar o *domínio prático* da lógica imanente do campo político” (BOURDIEU, 2000: 169). Acompanhando Antônio Câmara na tribuna, onde este era líder da oposição ao governo Ciro Gomes (PSDB), pode desenvolver habilidades do *tribuno*. Visitando os municípios da base política de Antônio Câmara pode desenvolver habilidade do *debater*, necessária para a relação com as lideranças locais e com os eleitores. Essa socialização incorporou em Domingos Filho o *modus operandi* da política, submetendo-o a hábitos, hierarquias e valores indispensáveis para sua entrada e permanência no campo.

Esse *modus operandi* pode ser percebido nas eleições municipais de Tauá em 1992 em que Domingos Filho articulou uma coligação com o então principal líder político de Tauá, Castro Castelo, e teve êxito na campanha eleitoral. Nessa aliança, Castro Castelo (PRN) foi candidato a prefeito e teve como vice Marcos Aurélio (PL), irmão de Domingos Filho. Nessa eleição sua esposa, Patrícia Aguiar (PL), foi candidata a vereadora, tendo sido a mais votada, com 1.239 votos.

Um dos aspectos a destacar na análise da trajetória política de Domingos Filho e Idemar Citó é o peso do contexto de transição política vigentes no âmbito federal e estadual. Antigos dirigentes sofrem constrangimentos no cenário de redemocratização e novos sujeitos despontam e concorrem para ocupar espaço na política cearense.

Embora o processo de redemocratização tenha se iniciado na década de 1980, somente na década de 1990, e, sobretudo após Domingos Filho e Idemar Citó assumirem o posto de deputados estaduais, é que percebemos os reflexos da redemocratização na política em Tauá. Isso ocorre pelo fato desses deputados por serem novos na vida pública apreendem e sentem com mais força as novas regras para a entrada do campo político.

Antônio Câmara e Júlio Rêgo por serem socializados em outro processo histórico-político tendem a aplicar as mesmas regras tradicionais na condução da política, que já não tem a mesma eficácia. Essa desconexão de tempo pode ser percebida no argumento utilizado pelos dois deputados para justificarem suas desistências de disputarem cargos eletivos. O argumento utilizado é, sobretudo a entrada de dinheiro



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

nas campanhas eleitorais, o que encareceria a obtenção do mandato. É o que comenta Antônio Câmara sobre a sua derrota nas eleições de 1996 para prefeito de Quiterionópolis:

Perdi primeiro que não ia botar meu patrimônio numa campanha. Reuni os vereadores. Eu vi que a coisa tava... Dinheiro do governo, dinheiro de empreiteiro. Eu reuni os vereadores e os candidatos aí digo: “o que vocês acham disso?” “Doutor a situação não tá boa não. Eu não tenho nada para dar e o adversário tem tudo: tem bola de arame, tem tijolo, tem tudo. Eu não tenho”. Eu digo: “o que vocês acham que a gente deve fazer? O que você calcula que precisa para a gente enfrentar isso?” “Aí cada um disse abertamente: olha eu preciso de tanto, preciso de tanto, de tanto, de tanto...”. Aí eu somei e tinha que vender ou um apartamento ou uma fazenda. Eu digo, quer saber de uma coisa: “vocês procurem outro candidato que eu to fora”. Aí saí. Fui para minha fazenda lá no Parambu. Eles foram bater lá, dois dias, três dias depois, dizendo que era um clamor geral no município e eu peguei a corda e voltei, mas não gastei. Eu gastava o que ganhava, eu ganhava bem, como ganho bem, tenho um salário de Procurador Federal, tenho 80% o que ganha um deputado, então esse dinheiro eu tinha carro de som, tinha estrutura, tinha uma rádio, botei um estúdio lá em Quiterionópolis que transmitia... mas pegar o meu dinheiro, meu patrimônio que eu passei quatro anos ajeitando. Digo “eu vou perder”. Perdi. Para você ter uma idéia eu perdi em outubro e novembro fui para os Estados Unidos, levei ela [sua companheira] e passamos dois meses lá rodando para cima e para baixo. Ela, uma filha, um genro, alugamos carro, onde era mais longe a gente ia de avião... (entrevista com Antônio Câmara em 21.01.2011).

Analisando esse depoimento de Antônio Câmara percebemos alguns dos novos elementos presentes nas campanhas eleitorais. Um deles é a presença de produtos e serviços que são trocados por votos. Assim os votos apresentam-se mais “soltos” e podem ser trocados por mercadorias ou dinheiro. Outro ponto é a predominância do poder econômico nas campanhas, pois para “comprar” uma quantidade significativa de votos é necessário dinheiro, geralmente obtido de empreiteiros ou de forma ilícita com desvios de recursos públicos.

O predomínio do poder econômico é explicitado por Idemar Citó em 2008 quando assume o posto de deputado estadual, visto que estava como suplente. No seu discurso inaugural, Idemar Citó denunciou a compra de votos por parte de deputados estaduais. Como exemplo desse fato mencionou o município de Catarina. O chefe político desse município, Frutuoso Rodrigues, tinha um acordo político com Idemar Citó, que tinha sido votado nessa cidade nas eleições de 1998 e 2002, e esse pacto foi quebrado com a inserção do deputado Perboyre Diógenes (PSL), ex-prefeito de



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

Saboeiro, nesse colégio eleitoral. Essa “quebra no trato” denunciada por Idemar Citó, é relatada em matéria do Diário do Nordeste:

(...) o envolvimento do ex-prefeito de Saboeiro, Perboyre Diógenes (PSL), com aliciamento eleitoral voltou a ser sugerido na Assembleia Legislativa, numa manifestação de Idemar Citó. O primeiro vice-presidente da Assembleia relatou que Diógenes desembolsou R\$ 180 mil para obter o domínio do colégio eleitoral de Catarina (região dos Inhamuns), onde o deputado atua. “Ele (Perboyre) me botou para fora de lá, chegando com R\$ 180 mil, segundo corre à boca pequena. Os líderes políticos de lá me disseram que não queriam mais papo comigo. Não tenho esse dinheiro, mas fiz muito pelo município e continuarei andando lá”, desabafou o deputado. Diógenes foi representado no Ministério Público pelo deputado Marcelo Sobreira (PSB) como responsável por abuso de poder econômico (Diário do Nordeste, caderno Política, 05 de julho de 2008 – Deputados denunciam compra de votos).

Nessa matéria percebemos que com a entrada de Perboyre Diógenes no colégio eleitoral de Idemar Citó, obtida através do oferecimento de dinheiro em troca de apoio político, fez com que aquele deputado perdesse o apoio das lideranças locais. Assim percebemos que o dinheiro passou a contar mais do que os constantes favores e serviços que Idemar Citó prestava a esses líderes políticos.

Com a redemocratização houve mudanças na legislação eleitoral como a inclusão dos votos dos analfabetos e de jovens menores de 18 anos. Por outro lado ocorreu o predomínio de setores urbanos advindos pela reconfiguração espacial da população brasileira. O processo eleitoral se voltou para as grandes massas urbanas que estão mais numerosas e alfabetizadas. Como comenta um assessor político:

O eleitor hoje está se tornando mais independente. O eleitor hoje ele tá procurando ver as propostas do candidato. O eleitor hoje na região é um eleitor que tem uma certa formação, na região dos Inhamuns, devido a chegada da Universidade, o esclarecimento através da internet, dos meios da mídia. Então ele não tem mais aquele negócio do ‘eu só vou votar porque o meu pai vai votar, o meu avô’. Ele vota porque ele procura verificar qual a postura do candidato através da mídia, através da internet. Então ele procura na sua própria consciência valorizar o seu voto. Não é um voto ‘eu vou votar porque fulano mandou’. O eleitor hoje está percebendo aquilo que é melhor para sua cidade (entrevista com Walney Alencar em 14-02-2011).

As lideranças com bases políticas nos espaços rurais se fragilizam ao perderem o controle do eleitorado que, até pouco tempo, mantinha-se cativo por relações pessoais e de lealdade. Tornaram-se necessárias, a partir dessa nova realidade, outras estratégias políticas para se obter o apoio eleitoral das grandes massas.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

Dentre essas novas estratégias de produção de campanhas no interior temos a intensificação do uso do marketing político e a recorrência constantes a pesquisas de opinião pública. A produção da campanha eleitoral passa assim por uma racionalidade, como comenta o assessor de campanha Walney Alencar:

Montar estrutura, estrutura de comício, estrutura jurídica, montar estrutura de mobilização. Campanha tornou-se muito árdua. Campanha do dia-a-dia. Campanhas acirradas. Campanha de monitoramento, de muito trabalho. É muito difícil fazer campanha. Reunião com a equipe de trabalho. Temos equipe que cuida da parte de transportes, outra equipe que cuida da parte de mobilização, outra equipe que cuida da parte jurídica da campanha. São várias equipes que trabalham no dia a dia de uma campanha política (entrevista com Walney Alencar em 14-02-2011).

Como observamos no depoimento do assessor de Domingos Filho, mesmo ocorrendo em um município de 50 mil habitantes, a “engenharia” de organização de uma campanha eleitoral envolve uma quantidade grande de pessoas e uma racionalização do trabalho, com divisão de tarefas, e exigindo uma soma alta de recursos financeiros.

Outro elemento que se tornou fundamental na produção de campanha foi o marketing político como estratégia fundamental para captar os votos das grandes massas urbanas. Além disso, as pesquisas eleitorais, propiciando um cuidadoso planejamento de toda a campanha.

Ah, o marketing hoje é importantíssimo em uma campanha política. O marketing é quem dá... O bom marqueteiro é quem dá o pontapé na campanha política. É muito importante. Antigamente não existia essa questão do marqueteiro, essa questão do marketing, hoje em dia até as cores tem que ser padronizadas, os adesivos dos carros, tem que ser uma campanha realmente feita com o pensamento do marqueteiro para que a gente possa galgar um sucesso.

Não existe uma campanha hoje sem pesquisa política, você só pode trabalhar em uma campanha se tiver uma pesquisa política para você ter um norte daquilo que você vai trabalhar.

Campanhas mais caras. Por mais que tenha tirado a propaganda do showmício, das camisetas, as campanhas também são muito caras. (entrevista com Walney Alencar em 14-02-2011).

#### 4-) Conclusão:

A dinâmica da política local mostra-se submetida a uma lógica própria em que não existem diferenças marcantes entre as práticas políticas dos diferentes grupos, o que



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

existem são diferenças entre temporalidades políticas. Assim, a estratégia de conquista e manutenção do poder assumida pelo deputado em um determinado tempo era logo “copiada” pelo deputado adversário, como na criação da rádio por um grupo e três anos depois pelo outro grupo, ou mesmo buscada, como o apoio do governo estadual e a eleição do executivo em Tauá.

Analisando as estratégias de conquistas de votos e as relações políticas estabelecidas pelos quatro deputados, percebe-se que praticamente os dois deputados que se polarizavam da disputa política em determinado período pouco se diferenciavam. No entanto essa diferença é percebida quando comparamos os dois deputados que conquistaram e mantiveram seu poder político nas décadas de 1970 e 1980 e os outros dois das décadas de 1990 e 2000, pois se nos primeiros as estratégias de conquistas de votos eram baseadas em relações de confiança e lealdade nos dois últimos prevalece a busca por uma imagem e um discurso definido, já que o marketing político e a lógica do mercado já perpassam a estratégia política de conquista de votos.

#### 5-) Referências Bibliográficas:

BOURDIEU, Pierre. A representação política. Elementos para uma teoria do campo político. In: \_\_\_\_\_. O poder simbólico. 5º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. p. 163-207.

\_\_\_\_\_. É possível um ato desinteressado. In.: \_\_\_\_\_. Razões práticas. Papirus, 1994. p. 137-161.

CARVALHO, Rejane Maria Vasconcelos Accioly. *Transição democrática brasileira e padrão midiático publicitário da política*. Campinas: Pontes; Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 1999.

CHANDLER, Billy Jay. *Os Feitosas e o sertão dos Inhamuns*. Fortaleza: EdUFC; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

MOTA, Aroldo. *História política do Ceará: 1945-1985*. Fortaleza: Stylus, 1985.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma Re(li)gião*: SUENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classes. 4º Ed. Rio de Janeiro: 1985.

PINTO, Luis de Aguiar Costa. *Lutas de famílias no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Nacional, 1980.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O mandonismo local na vida política brasileira*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.